



Agitación >> O jornal da União das Juventudes

Comunistas de Espanha

nº 8 - Outono

Edição portuguesa [Especial Festa do Avante 2010]

Sabes quem são os culpáveis: pára-os!

Coincidindo com o Dia Internacional da Juventude, *Comisiones Obreras* denunciava, no passado dia 12 de Agosto, que a taxa de desemprego jovem no nosso país (42%) é o dobro da média dos países da União Europeia e que mais de 40% do emprego da juventude é temporários, o que sem dúvida mostra reflecte bem que, na dita efeméria, havia pouco que celebrar.

A crise do estado espanhol está a reflectir-se muito duramente na classe trabalhadora, e em particular numa juventude que observa resignada a forma como as suas expectativas de futuro se tornam cada vez mais obscuras, à medidas que os gestores e políticos cortam direitos, serviços e recursos.

Entretanto, os partidos políticos do sistema actuam como simples marionetas do grande capital e em torno da Europa multiplicam-se os países que seguem à letra as «recomendações» do Fundo Monetário Internacional. A burguesia aproveita esta conjuntura de choque para conseguir ainda mais vantagens e benefícios, e parecem ganhar terreno na eterna luta de classes, pois enquanto se precarizam as relações laborais, se desmantela o sector público e se faz pagar a crise do sistema às classes populares, recompensam-se os seus responsáveis com injeções de dinheiro público.

Nos últimos meses o governo do PSOE aprovou e anunciou uma série de cortes e reformas que colocam a classe operária face à maior ameaça desde o fim do franquismo. Como resposta, os principais partidos burgueses da oposição (Partido Popular, UpeD, etc) parecem estar essencialmente de acordo com as

políticas impostas pelos organismos financeiros da ditadura do capital, diferindo deles apenas quanto aos direitos sociais que se devem liquidar e utilizando cada medida tomada por Zapatero de modo populista e com a única finalidade de obter um maior número de votos nas próximas eleições.

Este panorama converteu a política num jogo de interesses particulares onde a busca do bem comum deixou de ter lugar, o que nos levou da crise económica à crise de uma sociedade impregnada pela ideologia dominante que faz com que o individualismo, o pós-modernismo e a ausência de uma concepção colectiva de pertença a uma classe são ideias latentes na maioria dos nossos vizinhos e companheiros de trabalho.

Por tudo isto, criar consciência de classe continua a ser a principal tarefa dos comunistas. Só compreendendo quem somos e o que nos une podemos combater aqueles que, sabendo a resposta, actuam com uma unidade férrea na defesa dos seus interesses. Devemos ser capazes de explicar e convencer aquilo que se joga para todos nós, como trabalhadores, nesta Greve Geral de 29 de Setembro.

Desta forma, este número renovado da Revista *Agitación* pretende ser uma contribuição para esta tomada de consciência operária, com análises sectoriais que evidenciem a crueldade das medidas governamentais (especialmente da Reforma Laboral), mas sem perder de vista a essência UJCE como «megafone» político e cultural, a qual nos conduziu até este oitavo número.

29 de Setembro: uma data história para a classe trabalhadora!

No passado dia 12 de Maio, Zapatero anunciou um duro Plano de Estabilidade, do qual constam fortes cortes na despesa e no investimento público. Na verdade, as medidas anunciadas não fazem senão aprofundar as receitas que provocaram esta crise: congelamento das pensões, redução dos apoios sociais, redução do regime transitório de reforma parcial, diminuição dos salários, cortes no investimento público, cortes no apoio ao desenvolvimento, etc. Tudo isto conjugado com os graves ataques que já vinham sofrendo numerosos serviços públicos, tais como a progressiva privatização do serviço nacional de saúde, a ausência de uma rede pública de educação infantil, etc. Do mesmo modo, a aplicação do Processo de Bolonha nas Universidades está a levar, como tinha sido previsto pelo movimento estudantil, a uma subida das taxas universitárias, a preços altíssimos nos Mestrados bem como à redução de vagas em numerosas áreas de estudo...factores

que, não representando uma privatização efectiva, lhe preparam certamente terreno.

O governo do PSOE deixa assim cair a sua máscara e em vez de recuperar a progressividade do sistema fiscal, perseguir a fraude fiscal das grandes fortunas ou reclamar à banca uma parte dos seus indecentes benefícios destes últimos anos, ataca a classe trabalhadora e obriga os mais fragilizados a pagar os erros que apenas beneficiaram a acumulação de grandes riquezas e aumentaram as diferenças entre ricos e pobres.

Este Plano de Estabilidade teve a sua resposta sindical com a convocação de uma greve dos funcionários públicos para o dia 8 de Junho, a qual resultou na ruptura das boas relações que existiam até aí entre o governo e os sindicatos maioritários e que soou como um aviso da greve geral a vir, caso o

PSOE não virasse à esquerda na sua estratégia para sair da crise. Seguidamente chegou o anúncio da aprovação por decreto de uma Reforma Laboral, cujos esboços anunciavam já que ia na direcção errada e que teria a sua resposta na convocação da dita Greve Geral. Por fim, a proposta de Reforma materializou-se, ainda mais gravosa que o que era anunciado pelos esboços, motivo pelo qual os sindicatos maioritários convocaram Greve Geral para o dia 29 de Setembro, rompendo assim com a dinâmica dos últimos anos de sindicalismo domesticado e desmontando o mito falso e reaccionário da «paz social».

Podemos dividir as principais mudanças introduzidas por esta reforma em 5 pontos: despedimentos com justa causa, contratação, indemnizações, trabalho temporário e negociação colectiva. Seguidamente referimos as mudanças produzidas em cada um destes domínios.

- 1) Despedimentos com justa causa. Facilitam-se e alarga-se o número de causas para os despedimentos com justa causa e colectivos, os quais contam com uma indemnização de 20 dias por ano de trabalho. Flexibiliza-se o despedimento por causas económicas e amplia-se consideravelmente o despedimento por causas técnicas, organizativas e produtivas, as quais passam agora a ser suficientes para justificar um despedimento. Aumenta o número de justas causas para o despedimento e facilita-o, uma vez que se admite que possa ser usado para prevenir uma futura «evolução negativa» sem pedir à empresa que demonstre as suas dificuldades de forma «real, actual e efectiva». No caso dos despedimentos por causas económicas, incluem-se causas como «previsão de perdas futuras» ou «diminuição persistente dos lucros», desaparecendo do texto as fórmulas que impunham «perdas durante seis meses» ou «perdas económicas não meramente conjecturais». Quanto à falta de fundamento (improcedência) e nulidade dos despedimentos, as empresas já não enfrentarão qualquer obstáculo no recurso a um despedimento reconhecido como não fundamentado, uma vez que os problemas referentes à sua justificação deixam de dar lugar a anulação.
- 2) Contratação. Generaliza-se o contrato de fomento de emprego, alargando as suas possibilidades de aplicação e deixando o contrato tradicional em perigo de extinção. Isto acontece de forma a permitir que as empresas aproveitem melhor as facilidades introduzidas no despedimento com justa causa, visto que, no caso de ser um trabalhador com contrato de fomento de emprego a ser vítima de um despedimento com justa causa improcedente, este pode apenas exigir 33 dias (e a seguir veremos como, dessa indemnização, o empregador

apenas terá de pagar 25 dias) por ano de trabalho, contra os 45 dias do contrato definitivo tradicional. Também se alargam as condições em que se pode recorrer a contratos de formação para jovens, os quais implicam um salário substancialmente inferior ao dos restantes trabalhadores. O contrato de prestação de serviços é limitado, mas o texto aprovado continua a permitir o encadeamento de contratos (várias pessoas podem assim ocupar rotativamente um mesmo posto de trabalho) e estabelece um prazo de quatro anos para a obrigatoriedade de efectivação do trabalhador.

- 3) Indemnizações. O decreto prevê que se legisle dentro de um ano no sentido da constituição de um Fundo de Capitalização, o qual será responsável por uma proporção a determinar das indemnizações por despedimento. Especifica-se que tal será feito sem que se haja um aumento das cotizações patronais para a Segurança Social, donde se depreende que o dinheiro sairá, ou das cotizações dos trabalhadores, ou do erário público. **E assim se põe em marcha a adopção de um modelo em que os trabalhadores pagam antecipadamente as suas indemnizações por despedimento.** Como já explicámos, as causas para o despedimento foram flexibilizadas e alargadas, de tal forma que por uma indemnização de 20 dias por ano de trabalho, 8 dias serão pagos por FOGASA (Fundo de Garantia Social), cabendo ao empresário apenas o pagamento dos restantes 12, o mesmo que paga por uma indemnização respeitante a um contrato a prazo, a qual corresponderá precisamente a 12 dias por ano de trabalho a partir de 2015. Fácil é deduzir que, com o tempo, será a mesma coisa trabalhar como efectivo ou como temporário. Serão também financiados com o dinheiro público os despedimentos improcedentes (o empresário passará a pagar 37 dias em vez de 45 para os contratos tradicionais e 25 em vez de 33 para os contratos de fomento de emprego), quer dizer, após facilitar os despedimentos e financiar parte dos despedimentos «com justa causa», financiam ainda os despedimentos improcedentes, nos quais a lei deu razão ao trabalhador e sentenciou que não havia causa para despedimento. **Este ponto é bastante significativo pois demonstra que o PSOE, para além de estimular o despedimento, governa para os empresários e contra os trabalhadores.**
- 4) Trabalho temporário. A Reforma alarga o campo de actuação das empresas de trabalho temporário aos trabalhadores da construção (excepto no caso de trabalhos particularmente perigosos em que tal é proibido por convénio) e ao sector público.

O facto de as Empresas de Trabalho Temporário entrarem em colaboração com os Serviços Públicos de Promoção do Emprego significa o desaparecimento do acesso igualitário ao emprego público temporário e é o primeiro passo para a sua privatização através de uma redução das suas funções. Para além disso, legaliza as agências de colocação com fins lucrativos, medida que mereceria um longo comentário acerca do sistema em que vivemos. Actualmente, estas agências funcionam para o sector de trabalho doméstico e através dessa experiência observamos que servem para precarizar o emprego: cobram uma comissão ao trabalhador para agilizar a procura de trabalho, são intermediários em ofertas à margem da lei e praticam impunemente a discriminação por origem, idade e antecedentes laborais (no caso de pessoas que passaram por situações de conflito com a entidade empregadora por reclamarem os seus direitos) na selecção de candidatos.

- 5) **Negociação colectiva.** As medidas adoptadas implicam a perda da eficácia da negociação colectiva sectorial. Estabelecem-se vias para desarticular a negociação colectiva e para que tudo seja negociado ao nível da empresa. Permite-se que, de forma generalizada, se rompa, por acordo de empresa, com o conteúdo de acordos de âmbito superior, sem necessidade de comprovar uma crise na empresa. Isto é um perigo no caso das empresas com sindicatos corporativos

(Mercadona, Corte Inglés,...) e, para todas as outras, uma oportunidade de ouro para apostar nestes sindicatos patronais como primeiro passo rumo à atomização das relações laborais

Como vemos, são muitas as razões para participar na Greve Geral e para tomar parte nesta luta na qual se joga o futuro da classe trabalhadora em geral e da juventude em particular!

E depois da Greve?

A Greve de 29 de Setembro não é um fim em si mesma. Ela surge como resposta sindical aos ataques acima mencionados; porém, neste contexto de profunda crise do capitalismo, devemos tomar consciência da responsabilidade quase histórica que temos de dotar estas mobilizações de um carácter anticapitalista, juvenil, feminista e de classe, vinculando a luta contra o desemprego e as medidas governamentais à construção de uma alternativa económica e social a este modelo, o qual faz pesar sobre os ombros da classe trabalhadora a desregulação das grandes multinacionais e os interesses de organismos internacionais tão pouco democráticos como o Banco Mundial, a OMC, o FMI, a UE, etc.

29 de Setembro deve ser o ponto de partida para declarar guerra ao pensamento único, para começar a recuperar a consciência de classe, a solidariedade operária e para caminhar juntamente com os restantes trabalhadores europeus e de todo o mundo rumo à construção da alternativa a este sistema criminoso e irracional em que a moeda é mais livre que as pessoas.

Mulheres em Greve: um enfoque imprescindível

Aproxima-se o dia 29 de Setembro. Após anos passados a reivindicar a convocação de uma greve geral são finalmente dados os passos decisivos. Todos e todas temos plena consciência de que isto não é o fim, mas apenas o primeiro passo, e que daqui em diante, não sabemos até quando, há acima de tudo que lutar para fazer desta greve a greve de toda a classe trabalhadora.

Para tal é essencial conhecer a situação dessa metade da nossa classe que, apesar de repetir incessantemente que é duplamente explorada, nem sempre é reconhecida como imprescindível a esta luta.

A situação das mulheres no mercado de trabalho é significativamente mais precária que a dos homens, facto que se acentuará com a aprovação da nova Reforma Laboral. Para além das condições concretas e quantificáveis que demonstram esta afirmação, existem outras precariedades, invisíveis (sobretudo

para a outra metade da classe trabalhadora), que oprimem as mulheres quotidianamente.

Estas realidades devem ser apropriadas pelo conjunto da classe operária, sem o que não conseguiremos levar até à prática a luta das trabalhadoras. Esta deve ser e é a greve dos e das jovens, das mulheres, dos e das emigrantes. De todos e todas aqueles/as que são explorados/as pelo capitalismo.

Como dizíamos, a situação das mulheres requer, neste contexto de luta permanente, uma atenção especial. Para que o trabalho seja bem feito é fundamental analisar de que forma a revisão da lei laboral afecta as mulheres e, para além disso, qual é a situação das mulheres neste contexto de crise e que papel devem ter neste cenário de luta.

Para nós este problema não é novo...

Há-que que manejar os dados, dançar com eles. Há-que saber, num contexto em que tanto nos preocupa o

problema do desemprego, que as mulheres sofrem índices históricos de desemprego estrutural. O desemprego feminino mantém-se desde 2001 em cerca de 13%, isto tendo igualmente em conta que as taxas de actividade feminina estão 20 pontos percentuais abaixo das masculinas. Há-que saber, por exemplo, que, face ao desemprego feminino de 15,25% em 2001, o desemprego masculino era de 7,62% ou que frente ao de 14,55% em 2004, o masculino se situava em 7,76%. Actualmente, a taxa de desemprego feminino é de 20,16% face aos 19,96% entre os homens (fonte: primeiro trimestre 2010 EPA). E se a explicação dada pelo papel do trabalhador como fonte do sustento familiar não é aceitável, é porque é fundamental que atraiçoe os modelos tradicionais e aproveitemos a situação para os mudar e porque, para além do mais, as mulheres sempre trabalharam. A ideia de que entraram no mercado de trabalho nas décadas de 50/60 é uma das maiores falsidades que nos tem sido imposta pelo patriarcado.

Há que saber também que aquilo que mais caracteriza a situação das mulheres no mercado de trabalho não são tanto os elevados índices de desemprego, como a precariedade de que se revestem todas as suas relações e realidades laborais; as precariedades que ligam todos os recantos e que podem mesmo chegar até ao estômago.

Falemos da reforma laboral. Como dissemos, é entre as mulheres que se verificam os maiores índices de contratação a prazo e contratação fraudulenta. Se um contrato definitivo é uma meta inalcançável para a maioria delas, é escusado falar do que se passa depois da reforma. Para além disso, a redução das entradas referentes a cotizações sociais resultará naturalmente na precarização das futuras pensões, especialmente entre as mulheres que representam 72% dos destinatários das pensões não contributivas. Os cortes nas cotizações sociais voltam a colocar as mulheres sob o signo da pobreza. Do mesmo modo as mulheres têm todas as hipóteses de serem as primeiras a conhecer a modalidade do *despedimento express*, num mercado de trabalho patriarcal que as expulsa sob o pretexto de que representam um custo maior que os homens pela necessidade de conciliarem a sua vida pessoa, laboral e familiar. Se a tudo isto somarmos o bloqueio da negociação colectiva, instrumento chave da luta pela erradicação da discriminação baseada no género, completamos o quadro negro da condição laboral feminina.

Em relação às mulheres jovens, cuja incorporação no mercado de trabalho se atrasa cada vez mais graças à exclusão estrutural de que aí são vítimas, o contrato de formação representa mais um obstáculo na sua caminhada até um contrato de trabalho digno. Para além disso, com as irregularidades que frequentemente se verificam neste tipo de contratação, é provável que muitas mulheres vejam a sua situação de precariedade perpetuar-se.

Por outro lado, o *Plano de Estabilidade para o Défice Público*, afecta um sector terciário onde domina a presença feminina. A maioria dos trabalhadores da

função pública são mulheres, motivo pelo qual a redução de 5% as afecta directamente. Se a isto somarmos a redução da retroactividade na aplicação da *Lei de Dependência*, que não está a ser aplicada na maioria das comunidades autónomas e da qual a maioria das beneficiárias são mulheres, confrontamos com um retrocesso significativo numa série de medidas fundamentais para o combate à discriminação baseada no género. Da mesma forma, não podemos esquecer que o atraso da idade da reforma afecta negativamente as mulheres, visto que elas representam 80% da contratação a tempo parcial. É evidente que o governo deixou cair a máscara da igualdade e por isso é fundamental lembrar que a igualdade não é nenhum artigo de luxo, nenhuma medida caprichosa que possa ser descartada face à mínima urgência.

O peso das precariedades invisíveis

Nós, as mulheres, estamos em clara desvantagem no momento de enfrentar o mercado de trabalho. Uma delas é a educação patriarcal que recebemos e que nos inculca uma capacidade de auto-culpabilização muito superior à dos homens. Isto, junto com a nossa força e capacidade de superação, faz com que suportemos quase tudo. E assim sucede que as mulheres suportem a maioria dos trabalhos (remunerados e não-remunerados) e que ainda assim sejam as que mais se recriminam quando o corpo e a mente não aguentam mais.

O concurso permanente da competitividade; o jugo do relógio, esse problema sem nome, como diria Betty Friedan; a incerteza, que te faz quase de plástico, moldável; afrontar a vida a 230 km/h; a ditadura da imagem e a contínua exposição ao público (com os seus dolorosos sorrisos fingidos); a violência de género nas relações laborais, mascarada de paternalismo, sobreexigência e controlo. As flexibilidades: numéricas, temporais, productivas ou funcionais, são todas conhecidas das mulheres. A grande contradição da contratação a prazo permanente e os 80% de contratação a tempo parcial. E um enorme etcetera.

Há-que saber que estes mal-estares não são o reflexo de incapacidades, mais sim o fruto dessa dupla, tripla exploração; são mal-estares estruturais contra os quais devemos lutar com toda a força que nos caracteriza.

A partir do movimento e da teoria feminista chegaram propostas, tanto de mobilização como de alternativas ao capitalismo, que é fundamental incorporar em qualquer estratégia que se queira emancipatória. Por isso, ao aproximar-se o 29 de Setembro, devemos ter em conta todas as realidades, propostas e alternativas, que façam o nosso ideário político crescer, abarcando o conjunto da classe trabalhadora. As mulheres devem ser protagonistas desta Greve Geral! Porque com elas, eu vou!

Novo ano, novas lutas.

Começa um novo ano e com ele chegam novas lutas. Nos últimos tempos, nós, estudantes, temos sido protagonistas de um grande número de mobilizações, com natural destaque para as mais recentes lutas contra o Tratado de Bolonha. Algumas tiveram mais êxito que outras, mas em conjunto mostrámos que os estudantes são uma força capaz de lutar pelos seus direitos e de escolher o melhor para o seu futuro.

Agora, após a aplicação da primeira fase do Espaço Europeu de Educação Superior, chega-nos a estratégia Universidad 2015. Os seus impulsionadores – no governo espanhol – querem prosseguir com o processo de mercantilização e privatização da educação, iniciado com a Declaração de Bolonha, como parte do plano final de privatização de todos os serviços públicos. Face à experiência anti-democrática que foi a implementação de Bolonha, contra a qual se insurgiram dezenas de milhares de vozes de estudantes e professores, repetidamente ignoradas, o governo planeia o debate com a comunidade académica e o pacto social. O debate que o governo quer levar a cabo, contempla apenas questões de forma e não de base (aceita-se discutir como mercantilizar e privatizar a educação, mas não se aceita discutir a própria mercantilização e privatização da educação). Quanto ao “pacto social”, trata-se de um eufemismo para: “chegar a acordo com o Partido Popular (PP), passando por cima das necessidades da sociedade no seu todo”. Trata-se de um acordo que já existe a nível europeu, pelo que a sua discussão a nível estatal é desprovida de importância real (de facto, as críticas eleitoralistas do PP ao pacto proposto pelo Ministério da Educação em nada afectaram a actual reforma educativa em marcha).

Paralelamente, há que notar a ironia da coincidência entre a actual reforma educativa e a crise económica, que é a maior crise não bélica sofrida pelo capitalismo desde há muito. É irónico porque a crise foi provocada (ou melhor, forçada e aprofundada) por políticas liberais em tudo semelhantes àquelas que se estão a

levar a cabo na educação. O que é certo é que o capitalismo entrou em crise porque o modelo neoliberal se esgotou (inclusive na sua vertente educativa). Sarkozy falava de refundar o capitalismo, o nosso governo fala de capitalismo sustentável: saberão os capitalistas sair da crise ou persistirão no actual e esgotado modelo neoliberal? Deixemos para eles a decisão de qual a melhor forma de nos explorar e concentremo-nos, nós os estudantes, nos nossos próprios problemas.

É evidente que qualquer solução capitalista para a crise será uma saída temporária e beneficiará unicamente uma minoria. Essa minoria será, simultaneamente, beneficiária das mudanças introduzidas no sistema educativo por Bolonha e pela Estratégia Universidade 2015. Face a isto, os estudantes deverão defender um novo modelo educativo, que privilegie a qualidade do ensino e a possibilidade de acesso de todas as classes sociais a esse ensino, contra o benefício económico da minoria dos grandes empresários que as exploraram até agora e procuram explorá-las ainda mais. É importante insistir na necessidade de mudar o sistema económico (e não simplesmente o modelo) para que se possa mudar o sistema educativo. Com disse Marx, «precisamos de outra educação para outra sociedade, e de outra sociedade para outra educação». Nós, estudantes, temos que nos educar num sistema alternativo (socialista, diga-se de passagem) e temos de lutar por ele. A luta desenvolver-se-á se nos juntarmos, organizarmos e nos unirmos a todos os grupos que são agredidos pelo capitalismo, e principalmente aos trabalhadores. A primeira grande batalha desta luta será a Greve Geral de 29 de Setembro. Todos os estudantes devem estar presentes na Greve Geral e exigir outro sistema educativo como peça fundamental de um novo sistema económico e social.

ESTUDANTES DE TODO O PAÍS, À GREVE GERAL!

Ser Republicano é um direito, não é um crime

Eduardo e Naiara foram duramente agredidos por reivindicar a República - Em 2010 foram notificados de uma acusação por agressões às forças de segurança do estado.

No dia 16 de Maio de 2006 os príncipes das Asturias visitaram o município de Móstoles (Madrid). Entre as pessoas que se amontoavam para os receber destacavam-se quatro jovens que empunhavam bandeiras da 2ª República e tinham a cara pintada com as cores republicanas. À passagem dos príncipes, os jovens gritaram vivas à República, tendo-se em seguida retirado. Nada os fazia imaginar que aquilo que se seguiria seria algo que recordariam para sempre.

“Vou-te partir a cara à chapada”

Os quatro jovens (duas mulheres e dois homens) estavam a afastar-se do Teatro del Bosque, onde os príncipes tinham entrado, quando foram detidos por uma brigada anti-distúrbios. Os agentes da brigada dirigiram-se directamente a Eduardo, um dos rapazes. “Suponho que o deviam ver como o “líder” do grupo” conta-nos Soledad, uma das jovens presentes que reivindicava a 3ª República. A partir desse

momento começou uma demonstração de brutalidade por parte das forças de segurança: derrubaram Eduardo com uma bofetada, dando-lhe em seguida diversos golpes, já depois de o algemar: “Antes de começar a agredir-me, um agente da Brigada Anti-distúrbios disse-me que me ia partir a cara à chapada até ficar roxo”.

A sua irmã, Naiara, interpôs-se no caminho dos agentes anti-distúrbios que o tinham agredido, sendo prontamente agredida e derrubada. Perante a impotência dos seus companheiros, Naira e Eduardo foram levados de seguida até à esquadra. Já na esquadra foram levados para os calabouços sem passar no ambulatório, apesar de ambos apresentarem já lesões decorrentes dos golpes recebidos no acto de detenção.

“Eu desejava encontrar-me com um polícia normal” conta-nos Eduardo. Durante o trajeto até à esquadra o agente da UIP (Brigada Anti-distúrbios) não parou de os humilhar e de fazer comentários ofensivos a propósito da reacção que tiveram aos golpes, chamando “maricas” a Eduardo por este ter chorado ao ver a sua irmã estendida no solo, sem poder mover-se, exortando os restantes agentes a urinar sobre Naira dado que esta como reacção ao medo se tinha urinado. Passadas algumas horas, e

Ser Republicano não é um crime.

Em Janeiro de 2010, enquanto a denúncia que Eduardo e Naiara tinham feito continuava em investigação, ambos receberam uma notificação do tribunal onde eram acusados de desrespeito e agressão contra a Brigada Anti-distúrbios. Conta-se no texto da notificação que Eduardo fora detido por empurrar e agredir um dos agentes, e que Naiara ao ver o irmão ser preso teria arranhado os agentes que o detiam, pelo que fora também detida. No entanto, todas as lesões de que os agentes conseguiram fazer prova não passavam de escuriações menores com um período de cura que nunca superaria os 4 dias, sem nenhum tipo de impedimento para a sua vida normal. A notificação terminava com a solicitação de uma condenação até dois anos de cadeia e uma multa.

“Pensamos tratar-se de um processo que visa ocultar as verdadeiras razões que levaram à detenção, alegando que foram detidos por agressão e desobediência, quando o verdadeiro motivo da brutal detenção foi claramente o facto de serem republicanos e de o terem expressado publicamente” diz-nos Soledad.

Convém lembrar que a bandeira da 2ª República, bandeira que os jovens empunhavam naquela tarde, não é considerada inconstitucional nem tão pouco ilegal, antes simboliza a liberdade de consciência, contra a qual se atentou no momento em que estes jovens foram agredidos por agentes da autoridade do Estado espanhol.

O processo judicial continua em investigação, estando em estudo os relatórios médicos e as acusações de ambas as partes.

sucessivas reclamações para que lhes fossem prestados cuidados médicos, conseguiram que os levassem das suas celas ao hospital. O transporte foi feito em viaturas separadas e sem que lhes fosse permitido ver-se. Já no Hospital foram-lhes prestados os cuidados de que necessitavam, tendo sido diagnosticado a Eduardo uma lesão cervical, que o impediu de trabalhar durante 30 dias e o obrigou a um posterior tratamento de reabilitação. A Naiara foi-lhe diagnosticada uma lesão no pulso. Ambos acumulavam contusões por todo o corpo, fruto da intervenção policial.

“Quando finalmente consegui ver-me ao espelho descobri que de facto me tinham partido a cara” recorda o jovem.

Depois de receber estes cuidados foram conduzidos de novo à esquadra, onde passaram toda a noite, até serem levados perante um juiz na manhã seguinte.

Naiara e Eduardo apresentaram, nos dias que se seguiram à sua detenção, uma denúncia contra os agentes da Brigada Anti-distúrbios, por detenção arbitrária, agressões graves resultantes em lesão, abuso de autoridade, entre outros. O processo, onde reclamavam também uma indemnização, continua no entanto em fase de investigação.

Ser Republicano é um direito.

A brutal repressão de que Naiara e Eduardo foram vítimas é apenas um exemplo da crescente repressão e consequente clima de medo que os poderes públicos espanhóis têm vindo a promover face às manifestações de republicanismo. Como resposta a esta situação surgiu a iniciativa *GANE la tercera* (em português: que ganhe a terceira República).

“A palavra *GANE* é um acrónimo de Gente que Apoia Naira e Eduardo, sendo a terceira República o objectivo a alcançar” explica Soledad, uma das principais impulsionadoras da iniciativa. Esta plataforma procura consciencializar o maior número de pessoas possíveis para o facto de que a defesa de uma forma diferente de Estado não pode ser sob nenhuma circunstância objecto de de uma repressão tão dura como a que se tem manifestado. A iniciativa procura também fazer uma análise profunda das causas que levam a este súbito endurecimento da repressão contra o movimento republicano.

São muitos os casos em que determinadas acções tiveram uma resposta, judicial ou policial, desproporcionada, pelo simples facto de poderem ser relacionadas com a ideologia republicana. Dois dos casos mais mediáticos foram o embargo judicial da revista “El Jueves” por ter publicado na primeira página um cartoon que satirizava os príncipes das Astúrias e o de um jovem que trocou a bandeira vigente pela bandeira republicana da Constituição de 1931, sofrendo por esse acto uma pena bastante dura. Assim se procura erradicar qualquer expressão republicana da vida pública espanhola, procurando-se conotar o republicanismo com grupúsculos violentos.

Para Soledad, um dos actos mais relevantes já realizado pelo *GANE la tercera* foi a conferência de imprensa que teve lugar na sede federal da Esquerda Unida (IU), na rua Olimpo em Madrid, e na qual participaram o Partido Comunista Espanhol (PCE), a União das Juventudes Comunistas de Espanha (UJCE) e a Esquerda Unida (IU), movimentos que quiseram juntar-se à iniciativa. Há também que salientar a actuação do grupo musical *Reincidentes* nas festas de Aluche (Madrid), que contribuiu

fortemente para a divulgação do movimento. Vários jantares republicanos de apoio a esta iniciativa tiveram também lugar em vários municípios da região de Madrid.

Em último lugar Soledad quis acrescentar uma outra acção de luta: "Creio que uma das acções mais marcantes foi a pintura de murais nas Canárias. A fotografia dessa pintura converteu-se num símbolo da nossa causa".

Numero da conta solidária para a defesa de Edu e Naiara :

2038 1119 0160 0067 1981

(a partir do estrangeiro IBAN ES19)

contacto: comunicacion@ganelatercera.org

Israel: a impunidade como bandeira

Diz-se que aquele que faz a lei cria ao mesmo tempo as formas de lhe escapar («el que hace la ley hace la trampa», segundo um famoso ditado espanhol), o que é uma verdade indesmentível, sobretudo quando aqueles que fazem as leis são os mesmos que têm o controlo do poder político e económico, e as fazem precisamente para o manter.

Durante o século passado, e especialmente após a I Guerra Mundial, as potências imperialistas criaram uma legislação internacional para, segundo dizem, «humanizar a guerra». Esta legislação proíbe aos estados a prática de determinados actos violentos, procurando assim controlar os excessos que podem ser ocasionados pelo uso da força.

Isto permitiu-lhes cobrirem-se com um manto de legitimidade e falso humanismo cada vez que lançavam as suas guerras de rapina, justificando os seus actos dentro de uma legalidade burguesa aparentemente justa e universal.

Este é o caso do estado de Israel, um claro exemplo da hipocrisia e inutilidade dos organismos internacionais e uma clara prova das influências que são exercidas sobre eles pelos estados que controlam a maior parte da economia mundial ou que têm alianças com o pilar do Imperialismo, os Estados Unidos.

De acordo com uma estratégia mediática e política bem definida, podemos observar que os mesmos argumentos legais que são de imediato avançados quando se trata de causar dano aos trabalhadores envolvidos em processos revolucionários como o de Cuba ou o da Venezuela, não apenas não funcionam,

como é sistematicamente omitido qualquer posição a seu respeito (sendo dada completa credibilidade às versões oficiais dos factos), quando se trata dos países donos da economia mundial.

Um exemplo: às 4h de segunda-feira 31 de Maio de 2010, uma frota de seis barcos fretados por ONG's internacionais, tripulados por voluntários de todos os cantos do planeta, com gente do mundo da cultura e inclusivamente um prémio Nobel, assim como vários eurodeputados, carregados com ajuda humanitária destinada a Gaza (bloqueada há anos), é atacada em águas internacionais por soldados israelitas, sem que tenha havido qualquer ataque ou provocação prévia, e causando, no mínimo, 10 mortos e 50 feridos.

Para além do senso-comum, que torna evidente para a maioria dos seres humanos a tragédia implicada na perda de dez vidas humanas num acto heróico de solidariedade para com o povo palestino, procuraremos esboçar algumas questões legais:

- A legislação internacional proíbe expressamente a interceptação de qualquer barco em águas internacionais, a não ser no seguimento de uma pedido expresso por parte do país de origem dos ditos barcos (neste caso a Turquia) ou no caso da prática de actos de pirataria ou tráfico de escravos. Assim, interceptar a frota em causa constitui um delito, como especificado pela Convenção de Genebra sobre o direito marítimo de 1958 e pela Convenção da Organização Marítima Internacional de 1988, organismos de que Israel faz parte.

- Um dos falecidos, Furkan Dogan (de 19 anos), estudante nascido nos Estados Unidos, possuía dupla

nacionalidade turca e estadunidense. Foi atingido com cinco balas a menos de 45cm de distância, uma na cara, outra na parte posterior da cabeça, duas nas pernas e uma outra nas costas. Convém relembrar que a tripulação do barco apenas se pode defender com paus de madeira face a esta intervenção ilegal em águas internacionais, o que faz com que o assassinato de Furkan se afaste consideravelmente da versão oficial da «legítima defesa em momentos de grande confusão» emitida pelo estado de Israel.

Pois bem, o Direito Humanitário Internacional afirma, acerca do uso da força em caso de confronto ou conflito, que esta deve ser exercida «com contenção e proporcionalmente à gravidade do conflito e do objectivo legítimo a alcançar», de forma a «minimizar os danos e respeitar a vida humana», sendo o contrário tipificado pela mesma convenção como crime de guerra.

Da mesma forma, poderíamos encher várias páginas com a enumeração das leis internacionais infringidas por Israel neste assalto, e em tantas e tantas outras ocasiões ao longo dos mais de sessenta anos de ocupação dos territórios palestinianos e de bloqueio a Gaza. São milhares de crimes acumulados durante

anos pelo estado sionista de Israel, sem que, até ao momento, se tenha produzido qualquer sentença vinculativa para qualquer um deles.

Sabemos que, enquanto sobreviverem os mesmos organismos internacionais, não haverá condenação efectiva nem sanções para Israel, e que todas as declarações permanecerão letra morta enquanto existir o direito de veto no Conselho de Segurança da ONU. Muito menos virá a União Europeia impôr sanções a um dos seus principais compradores de armamento ou os EUA actuar contra o seu principal aliado no Médio Oriente. E como se não bastasse, a «Comissão Oficial de Investigação» sobre os factos é formada por genocidas do nível de Álvaro Uribe, o que parece deixar a justiça internacional completamente fora de jogo.

Não obstante, no meio de tudo isto, uma nova frota da Liberdade está a ser preparada para fazer o mesmo percurso e cumprir objectivo que foi negado à anterior pela força: romper o cruel bloqueio de Gaza. Apesar de tudo, a Palestina não está só e confiamos na força da solidariedade internacional como via de pressão aos governos de todo o mundo, na luta contra o imperialismo e a guerra.

Rumo ao 17º Festival da Juventude e dos Estudantes.

Por um mundo em paz, pela solidariedade e pelas transformações sociais, derrotemos o imperialismo.

Uma nova edição do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (FMJE) terá lugar este ano, na África do Sul, entre 13 e 21 de Dezembro. Este festival de massas da juventude progressista de todo o mundo terá como organizações anfitriãs a Liga Juvenil do Congresso Nacional Africano e a Liga Juvenil do Partido Comunista Sul-Africano, organizações forjadas na luta contra o apartheid, que dominou a vida política Sul-Africana até aos anos noventa, privando a maioria negra do país dos seus direitos mais fundamentais.

Este 17º Festival será, tal como os anteriores, uma expressão internacional de unidade e solidariedade internacionalista por parte de jovens de todo o mundo, contra as ameaças imperialistas à paz e contra os abusos perpetrados pelo capitalismo em crise.

Com uma afluência prevista de 30 mil jovens vindos de todas as partes do mundo, sobretudo africanos e sul-africanos, o festival será um local privilegiado para a partilha de experiências de luta entre todos os países do mundo. Este intercâmbio será fundamental para dar a conhecer as mais variadas lutas que são levadas a cabo, bem como para perceber quais as perspectivas e aspirações políticas de cada uma das regiões. A partilha de experiências não se limitará no entanto à política: os participantes terão a oportunidade de conhecer a cultura, as tradições, a música e as danças de cada região, assumidas em si mesmas como reivindicação das expressões

culturais tradicionais de cada país, numa luta contra a cultura hegemónica do capitalismo.

Cada dia do festival será dedicado a uma região do mundo, estando os dois últimos dias reservados à África do Sul e à luta mundial contra o racismo, o fascismo e a xenofobia. Durante esses dias haverá workshops, seminários de análise, debates, encontros intersectoriais (mulheres, estudantes, imigrantes, LGBT), fóruns de solidariedade (para com Cuba, Venezuela, Coreia do Norte, etc.) etc.

A juventude mundial formará também, durante o festival, um Tribunal Anti-Imperialista, onde serão julgados cada um dos crimes do imperialismo e emitida para cada um deles a justa sentença.

A UJCE tem vindo a participar em todo este processo, apoiando politicamente o bom desenvolvimento do festival no plano internacional, por meio de reuniões preparatórias. O seu trabalho mais importante e mais fundamental é, no entanto, o de ser um factor de mobilização que torne possível a participação do maior número de jovens espanhóis no festival. A tarefa política prioritária da UJCE até Dezembro próximo, será a de explicar e convencer aqueles que nos rodeiam da oportunidade que temos para tomar parte na história do movimento de jovens pela paz.

Este é um caminho que começou há 65 anos com a criação da Federação Mundial da Juventude e dos

Estudantes, sobre as cinzas ainda quentes da II Guerra Mundial, com o objectivo de evitar que a juventude do mundo voltasse a sofrer os horrores da guerra. Em 65 anos tiveram já lugar 16 festivais por onde passaram artistas de renome como Victor Jara (que foi delegado ao Xº FMJD em Berlim) ou Violeta Parra (delegada ao Vº FMJD que teve lugar na Polónia), bem como líderes revolucionários como Che Guevara, Daniel Ortega, Evo Morales, Hugo Chávez ou Fidel Castro, e quadros políticos de várias gerações como Julián Grimau, entre outros.

Todos os camaradas e todas as camaradas que já participaram numa edição deste Festival concordam que este é não apenas uma grande oportunidade para aprender e conhecer outras lutas, mas sobretudo uma experiência de vida importantíssima tanto para a sua formação como quadros políticos, como para o desenvolvimento da sua moral combativa.

Diz-se que o ser humano nasceu em África e que daí migrou para todas as regiões do planeta. Neste Dezembro de 2010 a humanidade inteira, na sua melhor expressão - a de jovens e de revolucionários -

voltará a unir-se fraternalmente e sem distinções de nenhum tipo no continente onde a vida humana nasceu há muitos milhares de anos atrás, para confrontar aqueles que, com o fim único de obter benefícios, actuam à margem do planeta e dos seus habitantes. A África do Sul verá a união de milhares de vozes contra o capitalismo e contra o imperialismo.

Por um mundo em paz, pela solidariedade e transformação social, derrotemos o imperialismo!

Vem fazer história conosco!

Vem ao 7º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes!

Mais informações em <http://17.fmje.org> ou no endereço info@17.fmje.org

SUF: Socialistisk Ungdoms Front

«Na Dinamarca há outros grupos políticos e sindicais que também participam nas actividades de apoio às FARC-EP e que enviam dinheiro para a sua luta»

No passado dia 7 de Agosto, uma delegação da Socialistisk Ungdoms Front, encabeçada pelo seu responsável de relações internacionais, participou como convidada na reunião do Comité Central da União das Juventudes Comunistas de Espanha. Posteriormente, durante os dias 8 e 9 de Agosto, realizou-se uma extensa e productiva reunião bilateral e foi realizada a seguinte entrevista.

1. Como viveram o processo especial de implementação do Processo de Bolonha na Dinamarca?

Na Dinamarca, o Processo de implementação do EEES (Espaço Europeu de Educação Superior) estava completo em 2003. A partir de então, a maioria dos dirigentes universitários são oriundos do tecido empresarial. Desde 1968, a democracia interna na Universidade mudou muito, já não se tomam decisões da base para a direcção, pelo contrário, os dirigentes universitários decidem tudo, dirigentes estes que, como dissemos, são exteriores a essa Universidade.

Nos últimos 20 anos, o movimento estudantil conheceu um grande enfraquecimento, a maioria da massa estudantil não sabe o que é Bolonha. Mas a mudança do governo, elitizando a educação, fomentou o fortalecimento destas estruturas que estavam debilitadas, provocando manifestações e diferentes mobilizações muito importantes, algumas das maiores na Dinamarca dos últimos anos.

Aproveitando este despertar da mobilização, ocupámos durante quatro dias a sede central da administração da universidade mais importante de Copenhaga. Ainda que as mobilizações noutras universidades não tenham sido tão significativas, isto teve uma grande repercussão, porque deu a conhecer a reforma aos estudantes e aumentou a sua participação na luta contra o EEES.

2. Qual é a situação do movimento estudantil ao nível do ensino Básico e Secundário?

Desde 2001 o ataque contra os serviços públicos intensificou-se, eliminou-se a gratuidade dos livros escolares, aumentou-se o número de alunos por turma e diminuiu-se a qualidade da educação recebida. Em 2004 começa um movimento para recuperar o direito de acesso a estes serviços.

O movimento nas escolas básicas e secundárias é muito importante porque luta contra todos estes problemas; chegaram-se mesmo a ocupar vários institutos. A nossa instituição tem muita influência nas escolas básicas e secundárias e muitos dos nossos militantes ocupam cargos importantes na representação institucional dos centros educativos. Nesta luta estamos de acordo com os militantes do partido social-democrata, mas o facto de ele possuir a sua própria organização estudantil leva-nos a constantes conflitos.

A nossa relação assemelha-se àquela que pode existir no seio de um sindicato, uma vez que a social-democracia actua a partir de um ponto de vista reformista e as nossas concepções situam-se mais à esquerda. Independentemente disso, até com estas disputas aprendemos politicamente; elas preparam-nos para fazer frente a futuras lutas no âmbito universitário, já que a maior parte dos nossos militantes continua a sua militância ao entrar no ensino superior. Apercebemo-nos de que há muitos posicionamentos hipócritas e não temos dúvidas de que, mesmo que agora estejam contra o governo, se os sociais-democratas chegassem ao poder procurariam fragilizar as lutas estudantis.

3. No resto da Europa temos a ideia de que nos países escandinavos continuam a existir serviços públicos de qualidade e porém, nestes últimos anos, estes têm vindo a sofrer um claro retrocesso. Qual é a vossa opinião a esse respeito?

Houve um retrocesso, sem dúvida. Este retrocesso é uma consequência lógica do sistema capitalista: as decisões não dependem dos governos, mais sim das grandes multinacionais, o que faz com que, havendo um limite de bem-estar assegurado pelo Estado, esse limite seja cada vez menor. Parece-nos que é algo que se passa nos países que nos rodeiam.

As pensões, por exemplo, foram gravemente afectadas por este desmantelamento do estado-providência, do Estado do bem-estar. E o que é ainda mais preocupante é que, ao não existir uma protecção por parte do Estado, a própria sociedade vira à direita, os próprios trabalhadores assumem posicionamentos políticos de direita.

Desde 2001, quando a direita chegou ao poder, esta cortou com o anterior sistema de segurança social sob o pretexto de que não funcionava correctamente. Desde então temos visto como se promoveu constantemente a privatização dos hospitais.

4. Gostaríamos que nos fizesses uma introdução à História da Juventude Socialista Dinamarquesa (SUF).

A nossa organização foi criada em 2001, a partir de dois grupos fundamentais: *Rebel* e *Red-green Alliance Youth Network*. O nosso objectivo era formular um programa anticapitalista homogéneo: queríamos um discurso único para uma organização anticapitalista e revolucionária. A nossa organização toma as suas decisões de modo independente do partido, ainda que, evidentemente, trabalhemos com ele.

O partido foi criado em 1989 a partir de três organizações principais: *Danish Communist Party*, *Socialist Workers Party* e *Left Socialism*. Actualmente não existe uma coligação entre estes três partidos, não há diferentes correntes internas representadas nos órgãos de decisão, mas há um único partido. A nossa representação parlamentar é de 4 deputados e obtivemos 2% dos votos nas últimas eleições.

5. Gostaríamos também que nos falassem da situação das mulheres na vossa organização.

Actualmente, 52% dos nossos militantes são mulheres. No entanto, nem tudo é perfeito, visto que 70% dos cargos de responsabilidade são ocupados por homens. Contamos com um espaço de trabalho para que as mulheres debatam os assuntos que as afectam particularmente, ao qual os homens não assistem. Ao localizar este tipo de contradições trabalhámos no sentido de encontrar ferramentas que nos situem numa situação o mais igualitária possível. Por exemplo, nas reuniões e conferências importantes, para tentar que exista uma participação igualitária, não obstante a existência de mais homens do que mulheres com a intenção de intervir, dividimos os tempos de intervenção de modo igualitário.

No sindicato também se trabalha em torno deste tema em grupos de mulheres que debatem e organizam a luta feminista nos seus respectivos empregos. A nossa organização costuma participar com elas e com as frentes feministas de massas na manifestação do dia 8 de Março.

6. Qual é a vossa experiência no que toca ao trabalho sindical?

Na Dinamarca existe apenas um sindicato, que é na realidade uma enorme federação de sindicatos que trabalham em conjunto no seu quadro, e no qual estão filiados entre 80 e 85% dos trabalhadores.

No nosso país não há um salário mínimo, como acontece em Espanha; a segurança social e a protecção laboral também não se encontram fixadas por lei, são acordadas entre este sindicato e a confederação patronal. Esta negociação é renovada a cada 4 anos e em 2 ocasiões aconteceu não se chegar a acordo e foram convocadas greves gerais; porém, é algo que não costuma acontecer, uma vez que a representação sindical está ocupada por sociais-democratas.

Nós lutamos para que o sindicato seja mais democrático e se construa desde a base; acreditamos que deve ser mais activista.

A SUF trabalha activamente no sector juvenil do sindicato. Por um lado, organizamos debates para explicar aos jovens, que pertencem na sua maioria ao sector do comércio, quais são os seus direitos laborais e quais os problemas que os afectam; por outro lado, procuramos unir a luta dos jovens trabalhadores à luta do movimento estudantil. Há pouco tempo convocámos uma manifestação unitária na qual participaram mais de 100 mil pessoas para protestar contra os cortes nos serviços sociais.

7. A SUF está a ser alvo de um processo judicial por editar e vender camisolas de apoio às FARC-EP. Qual é a situação actual do processo?

Há algum tempo, fizemos umas camisolas de apoio cujos benefícios da venda eram destinados às FARC-EP. A União Europeia, utilizando a lista de grupos terroristas, incriminou-nos. Mas como cremos que a diferença entre grupo terrorista e grupo revolucionário não é nítida, estamos a aproveitar a situação para promover este debate e demonstrar a contradição dos conceitos legais que lhe estão subjacentes. Comparecemos num processo judicial para denunciar esta lei que define o que são grupos terroristas e perdemos. Recorremos a diversos processos judiciais a diversos níveis territoriais, local, estatal, e agora estamos no mais alto tribunal, mas não nos deixam prosseguir lá, e não sabemos exactamente porquê.

Para além disso, fizeram-nos pagar uma multa elevada por ter recorrido a este tribunal e muitos dos nossos militantes foram mesmo presos. A nossa organização desenvolve, face a isso, muitas actividades de auto-financiamento para poder pagar a multa e voltar a trazer a público este debate sobre os considerados «grupos terroristas».

Na Dinamarca há outros grupos políticos e sindicais que também participam nas actividades de apoio às FARC-EP e que enviam dinheiro para a sua luta; actualmente, estes grupos estão a ser denegridos pelos meios de comunicação, que condenam a sua actividade.

8. Gostaríamos ainda que nos falassem acerca dos objectivos que a SUF coloca para a edição da sua revista «Flores e Barricadas» (Blomster&Barrikader).

É uma revista de distribuição exclusivamente interna. É-nos muito útil para dar a conhecer as decisões

tomadas pelos órgãos da SUF e também para a formação dos militantes. Há pouco tempo, inaugurámos uma secção cultural, onde recomendamos livros e outros materiais que nos parecem interessantes. Na revista publicamos também os contactos dos responsáveis políticos, o que melhora a comunicação interna.

Além desta publicação interna, temos também uma de distribuição externa, onde publicamos outro tipo de coisas e com menor assiduidade; utiliza-mo-la sobretudo para dar a conhecer as nossas campanhas e acontecimentos importantes. O nome desta publicação resulta de um jogo de palavras dinamarquês, «Vozes da Frente» (Frontalt), que significa algo com muito impacto.

9. Gostaríamos que nos falassem um pouco mais sobre a SUF e o vosso trabalho de militância na Dinamarca.

Actualmente há na SUF cerca de 1200 militantes, a maior parte dos quais são filiados, e dos quais cerca de 300/400 são verdadeiros activistas.

10. Para terminar, gostaríamos que nos falassem um pouco sobre a vossa viagem pela Europa.

Nos últimos três meses visitamos 9 países e ainda temos 3 visitas pendentes. Aprendemos muito sobre a situação que atravessam todos estes países e aproveitamos também para estabelecer contacto com as pessoas e as organizações aparentadas com a SUF. Infelizmente, em todos os países que visitamos a direita avança, o que nos fez dar-nos conta de quão necessária é a unidade da esquerda na luta.

O filme que devias ter visto:

O efeito iguazu

Isto é um documentário acerca da dignidade operária. Nestes tempos de desemprego individualizado, de soluções psiquiátricas para os conflitos materiais, em que é imprescindível recordar o que pode fazer a classe operária organizada.

Isso é o que eram (e são) os trabalhadores da Sintel, classe operária, gente que vive do seu trabalho e que não aspira a enriquecer-se de outro modo, organizada, fortemente sindicalizada, que entende que o que toca a um toca a todos.

Neste documentário podemos ver como os trabalhadores da Sintel não se resignam, face à venda fraudulenta da sua filial da Telefónica ao cubano anti-castrista Mas Canosa, e aos despedimentos que daí resultam. Pelo contrário, erigem um acampamento no Paseo de la Castellana, no centro de Madrid, a partir do qual reivindicam os seus direitos e alertam o conjunto dos seus trabalhadores acerca do facto de que o capitalismo liberal é como as cataratas do Iguazú, aparentemente calmo, mas que

rapidamente engole tudo o que está ao seu alcance.

Não apenas pela qualidade cinematográfica (vencedor do Prémio Goya 2003 para Melhor Filme Documental), mas também pelo tema tratado, esta película torna-se imprescindível nos tempos que correm.

O livro que devias ter lido :

A mulher habitada, Gioconda Belli

Narra a história de Lavinia, uma jovem latino-americana da alta burguesia que após estudar na Europa regressa ao seu país para começar uma vida independente. No seu trabalho conhece Felipe, guerrilheiro do movimento de libertação nacional do seu país com o qual inicia uma relação, e através da qual Lavinia conhece o movimento. A partir de então, Lavinia começa a aproximar-se ao mesmo até se converter em mais uma militante.

Neste processo, Lavinia enfrenta-se a uma multidão de contradições geradas por essa alienada relação entre o patriarcado, o pensamento e o agir revolucionário; a confusão e o medo à militância clandestina que se vivia de maneira diferente por eles e por ellas, a relação com Felipe, que procura nela o “reposo do guerreiro” mais do que uma companheira no amor e

no movimento, o descobrimento das formas de combate ao patriarcado individual e colectivamente, a feminização do agir militante, o prazer da sexualidade (descrito por Bello com cuidado erotismo) ou a tensão entre o que se espera dela como mulher, a mulher que Lavinia crê que é, e a mulher na qual se quer contriuir.

Flôr será a companheira com que analisará e compartilhará todas estas contradições;

Belli Prevê no romance uma dose de realismo fantástico através de Itzá, Uma mulher india cujo espírito “habita”, encarnado, na laranja da casa da protagonista e que formou parte da resistência indígena contra a invasão espanhola, também desafiando os modelos que a sua família, a sua tribo e a sua cultura lhe impunham

As duas histórias entrelaçam-se manifestando como ambas no seu processo de construção de mulheres revolucionárias atravessam contradições muito semelhantes, trata-se em suma da concretização das contradições às quais nos enfrentamos na luta pela emancipação da mulher, conjugada com o compromisso revolucionário pela libertação dos povos oprimidos.

A mulher habitada reflecte assim a vida de uma mulher que se revolta simultaneamente contra a dominação patriarcal e contra a dominação de classe, partindo de uma inicial resposta individual, até se transformar a si mesma para formar parte de uma resposta colectiva, uma revolução através do qual se pode construir a história.

O disco que devias ter ouvido: The Specials

Nos contextos de crise a cultura agudiza-se e surgem novas formas culturais, políticas e sociais. Tal como agora, no meio de uma crise mundial a Jamaica dos anos sessenta deu um novo tipo de música, o ska, associado a Jovens negros dos bairros sociais que procuravam parecer-se aos gangsters dos filmes dos anos 50, e que com uma música dançável denunciaram o racismo anglosaxónico que imperava ainda desde a independência da grã bretanha.

Cerca de vinte anos mais tarde, grande parte desta juventude emigrou para a Londres da ressaca do punk, da greve generalizada, da crise industrial na mineração, dos distúrbios raciais em Brixton, do neoliberalismo de Thatcher, do conflito Irlandês, e do avanço

da ultra-direita materializada no british national front. Isto fez surgir uma nova onda de euforia jamaicana, reconvertendo-se, reconfigurando-se e misturando-se com a força do punk que surgiu da classe operária inglesa. Foi o momento do disco fundacional dos The Specials.

É assim como negros e brancos se juntaram numa banda que fazia versões e reinventava velhos temas dos 60 ao mesmo tempo que contribuíam para algo de novo nas salas de festa dos subúrbios do east end, Brixton e Notting Hill. Canções como Nite club, que fala da vida nocturna dos jovens rude boys e skinheads, da crueza da selva de asfalto (concrete jungle), ou até temas de amor como monkey man ou a message to you ruddie, começaram a soar

no bairros operários puramente ingleses. Um som que remetia menos às caraíbas como o original, mas com uma garra impressionante, destacando as linhas de baixa que se cravam na mente.

As influências de Prince Buster, The Skatalites e Derrick Morgan, fontes inesgotáveis de aleitamento para os The Specials, foram observados com maior intensidade nos discos seguintes, sendo inegável que continuaram com a sua sua linha de mensagens anti-racistas, com destaque para temas como Free Nelson Mandela, Rat Race, ou racist friend. Em suma, um grupo e um disco fundamental para entender ou começar a escutar a música ska representante de festa e luta.

A festa do PCE está de volta a Madrid

Nos próximos dias 17,18 e 19 de Setembro a Festa do PCE volta a Madrid, tendo lugar no parque Dolores Ibárruri em San Fernando de Henares. A 33ª edição da Festa do Partido celebra-se num contexto de forte mobilização social e servirá como antecâmara para a Greve Geral. Assim, esta edição da Festa contará com a presença dos Secretários Gerais do CC.OO e da UGT, Ignacio Fernández Toxo e Cândido Méndez, que participarão no colóquio central da Festa sob o tema: "Razões para a Greve Geral", bem como de Marga Ferré, membro do Comité Executivo do PCE, que será a moderadora do evento, de Cayo Lara, Coordenador-Geral da IU, e de José Luis Centella, Secretário-Geral do PCE.

Num contexto de forte crise do capitalismo, e de duros ataques aos direitos laborais, o eixo central da Festa será a proposta, por parte do PCE, de uma Alternativa Social Anticapitalista (ASA) que procura superar as teses neo-liberais.

Num formato mais ajustado à realidade do nosso Partido, A Festa 2010 volta a Madrid com as suas habituais actividades, com colóquios, debates, concertos, gastronomia, cinema, teatro, a poesia, assim como com um concurso de fotografia, etc. Como tem vindo a ser hábito desde 1977, a Festa estará envolta nos mais solidários laços de camaradagem e amizade.

Como na edição anterior, em Córdoba, este ano a entrada da Festa é completamente gratuita, existindo vales de ajuda no valor de 2€, para fazer face aos custos da mesma. Do mesmo modo, no plano cultural, a Festa de 2010 prestará homenagem ao poeta comunista Mguel Hernández, pelo centenário do seu nascimento.

Assim falta apenas a participação em massa de todos nós na Festa 2010 com o objectivo fundamental de dar um último impulso à Greve Geral, para que esta paralise o país e derrote de forma definitiva a reforma laboral em curso.

XI Congresso da UJCE

A União das Juventudes Comunistas de Espanha celebrou o seu XI Congresso nos passados dias 9,10, e 11 de Abril na localidade de Casarrubuelos (Madrid), sob o lema "Aprender - Lutar-Vencer".

Neste mesmo Congresso, foram eleitos os 21 membros do novo Comité Central, por 83% dos 224 delegados ao Congresso. Posteriormente, o novo Comité Central elegeu José León, de 25 anos, natural de Cartagena, como novo Secretário-Geral da Juventude Comunista.

O decorrer dos trabalhos do Congresso resultou na elaboração de 2 documentos fundamentais, um de carácter político e um outro de carácter organizativo, que acabaram por ser aprovados por mais de 90 por cento dos congressistas. Foram também debatidas mais de 1000 emendas, incidindo sobre os mais diversos aspectos, como a passagem dos seus membros ao PCE, a reafirmação do compromisso das Juventudes para com refundação da Esquerda Unida (IU), o reforço da Solidariedade Internacionalista, o reforço da luta da juventude trabalhadora no actual contexto de crise e contra o desemprego, a precariedade, a sinistralidade laboral, assim como o combate à estratégia *Universidad 2015* em nome da educação pública e de qualidade.

O Congresso contou ainda com as intervenções de José Luis Centella, Secretário-Geral do PCE, de Cayo Lara, coordenador federal da Esquerda Unida (IU), de Julián Sánchez de Diego, Alcaide comunista de Casarrubuelos, assim como Marcos Ana e muitos

outros veteranos da JSU (Juventudes Socialistas Unificadas).

Marcaram presença na qualidade de assistentes ao congresso as delegações internacionais da Palestina (FPLP), Bélgica (COMAC, França (MJCF), do Sahara (UJSario), Chipre (EDON), da Grécia (KNE), de Portugal (JCP), Senegal, Colómbia (JUCO) e da República Dominicana. A Federação Mundial das Juventudes Democráticas tomou igualmente parte na discussão. Representada pelo seu presidente, o português Tiago Vieira, expressou os seus desejos de um bom congresso e exortou a futura direcção a intensificar os esforços na luta anti-imperialista, lembrando a importância do XVII Festival mundial da Juventude e dos Estudantes, que terá lugar na África do Sul no próximo mês de Dezembro.

Um Encerramento para recordar.

O acto de encerramento do Congresso contou com a estreia de um documentário com o título "Aprender, Lutar, Vencer", que mostra as principais lutas e propostas da Juventude Comunista, lembrando os seus quase 90 anos de História através de entrevistas a vários militantes de cada uma das etapas históricas da organização.

Seguiu-se uma modesta homenagem à passagem de meia centena de camaradas ao Partido e a interpretação do histórico hino da Juventude Comunista, "A Jovem Guarda", por parte dos camaradas da UJCE da Andaluzia.

A fuga de Logan*

A publicidade invadiu todos os campos da nossa existência. Cada programa de televisão ou rádio tem o seu patrocínio. Nos telejornais, a secção de desporto é patrocinada, tal como a meteorologia. Existem anúncios que anunciam e patrocinam outros anúncios. Cada filme que vemos na televisão é patrocinado por uma empresa. Cada festival de Verão tem o seu gigante comercial, ao ponto de mudar o nome; o FIB (Festival Independente de Benicassim) é agora o FIB Heineken, e este é apenas um exemplo entre muitos. Há publicidade no interior dos vagões de metro, no interior dos autocarros através das suas pequenas televisões, nas calçadas, nas universidades, nas escolas, nos campos de futebol, nas fachadas dos edifícios, nas bermas das autoestradas e nos estaleiros. E mesmo que fujas para a praia, para contemplar o mar, longe do passeio e das torres de apartamentos, quando crês ter finalmente encontrado um espaço livre de publicidade, a avioneta dos supermercados Alcampo surgirá no horizonte para te lembrar onde deves comprar. É verdade, os cabrões alugam avionetas fodidas, com o seu piloto, o seu combustível e a sua pista de aterragem para que nem sequer na costa, frente ao infinito do mediterrâneo estejas a salvo da sua influência.

Há carruagens de metro e eléctrico que são um enorme anúncio que impede de ver o interior. Em cidades como Londres ou Barcelona existem indivíduos que se dedicam a passear com um quadro à frente e outro nas costas, fazendo publicidade a um restaurante próximo ou a uma lógica: é o cúmulo, o anúncio humano móvel. Não duvido que haja quem opine que tamanha humilhação dá um toque cosmopolita à cidade. Só na televisão vemos em média 94 anúncios por dia. Mesmo que fujas para uma aldeia perdida nas montanhas, não estás a salvo: existe publicidade que chega ao telemóvel via SMS. Lembrar a vida quando não existiam telemóveis exige um grande esforço, não é? Fica no ar a terrífica sensação de que sempre existiram. Como funcionava o mundo? A sensação contraditória de que todos somos permanentemente localizáveis pode ser alarmante, não há esconderijo possível nem adianta correr em nenhuma direcção. Na teoria, os telemóveis fazem-nos estar mais perto daqueles que amamos, mas na verdade afastam-nos dos nossos semelhantes numa terrível diáspora individualista. Ao apanhar o metro à hora de ponta, é interessante olhar em volta com atenção. Ninguém fala, todos estão agarrados ao seu telemóvel a enviar mensagens (A quem? Para

onde? Na verdade a si mesmos...) ou a jogar Tetris. A maioria viaja absorta, sem prestar nenhuma atenção ao que os rodeia, ocupados com o seu mp3 ou o seu Ipod. Não há fuga possível de Logan, a publicidade envolve-nos de tal forma que em muitas ocasiões o indivíduo não pode sair do anúncio, porque se encontra simples e literalmente dentro dele, como bem ilustra a seguinte anedota:

Aquele que escreve estas linhas encontrava-se a jantar calmamente com uma fêmea num restaurante do centro de Madrid e enquanto, entre um e outro copo de vinho, soltava o seu discurso falso e tendencioso com perversas e obscuras intenções, irromperam na aprazível tranquilidade do local, quatro energúmenos vestidos à moda, que, de uma ponta a outra da sala, uivavam a plenos pulmões as vantagens e benefícios de mudar para uma determinada operadora de telecomunicações, mostrando o reluzente telemóvel que a dita operadora forneceria gratuitamente àqueles que mudassem o seu contrato. É verdade, as operadoras contratam juvenzinhos e juvenzinhas (de boa aparência, claro está) para que, a meio do jantar, ao vivo e em directo, te narrem as vantagens de mudares para uma operadora X. Inicialmente, pareceu-me engraçado e original, tal como aos restantes comensais que riam, estupefactos, mas à medida que o anúncio avançava, comecei a sentir a angustiante e terrível sensação disso mesmo: de estar dentro de um anúncio. Não existia uma distância material, os que ali estavam eram parte do spot, não podíamos mudar de canal. Por um instante equacionei a possibilidade de coroar um daqueles modelos (de conduta?) com o prato dos calamares, mas a rapariga com quem jantava agradava-me e não queria parecer ainda mais estranho do que sou na realidade. Não me apetecia ter de desculpar-me dizendo que estava com a sensação de estar dentro de um anúncio e que isso me angustiava, e que entornar o prato dos calamares na cabeça de um dos anunciantes era o mais parecido com mudar de canal de que me conseguia lembrar, uma vez que seguramente o anúncio deveria estar no fim...

A quebra do real era completa, sublime, inexorável. Erámos parte do anúncio, erámos força de trabalho não remunerada. Procurei a minha fuga de Logan mas não a encontrei, e, como o resto dos assalariados à força, sorri com cara de parvo.

* Artigo de opinião de Nega, componente do grupo de hip-hop revolucionário Los Chikos del Maiz

Cayetano Bolívar, pelo povo como médico e deputado

Nascido em 1898 numa família da pequena burguesia comercial de Jaén, as possibilidades económicas de seus pais permitiram àquele que seria o primeiro deputado comunista da história de Espanha, estudar medicina na Universidade de Granada, especializando-se em ginecologia e obstetria. Aí, obteve excelentes resultados, os quais lhe permitirão, em 1924, aprofundar os seus estudos na Universidade de Leipzig. Nesta cidade alemã, Cayetano Bolívar entra em contacto com os ideais comunistas, que tinham muita força na Alemanha da época, não obstante a derrota dos spartaquistas em 1919.

Aquando do seu regresso a Espanha, instala-se em Málaga, onde começa a exercer a sua profissão. Em Málaga, junto com outros médicos de ideologia republicana e socialista, abre um sanatório na bairro de Palo, onde é prestada assistência médico-sanitária a todos os que dela necessitam, coisa que era bastante rara na Espanha do início do século XX. Para garantir a possibilidade deste igual cuidado, idealiza um sistema em que os pacientes com maiores possibilidades económicas contribuíam para o tratamento daqueles que tinham menos recursos, que lhe vale o cognome de «médico dos pobres».

À sua actividade médica, junta um ampla actividade política e intelectual. Assim, dá início à reconstrução do comité regional do PCE, à época debilitado pela repressão do regime de Primo de Rivera e pela estreiteza de vista dos seus dirigentes. Ingressa igualmente na loja maçónica de Málaga, onde adopta o pseudónimo «Lenin». Em 1930, é detido em diversas ocasiões devido ao seu apoio aos movimentos grevistas. É candidato a vereador nas eleições de 1931, o que lhe garante definitivamente a inimizade das forças burguesas e reaccionárias de Málaga.

Foge então para Villa de Don Fradique, perto de Toledo, no seio de cuja prefeitura se havia desenvolvido um forte movimento popular comunista. Aí, para além de exercer a sua actividade como médico popular, reforça política e ideologicamente o movimento comunista local. Em 1932, o governador da província de Toledo tenta destruir a prefeitura popular, apoiado pelo senhores da zona. Isto dá lugar a uma série de incidentes quase revolucionários que fazem com que a vila manchega passe a ser conhecida como a «pequena Rússia». Quando se inicia a repressão contra os comunistas, Bolívar é detido, julgado e de imediato condenado a prisão. Aí dedica-se a traduzir Marx do original alemão, bem como a ensinar a teoria marxista-leninista aos outros presos.

Para o libertar da prisão, os comunistas apresentam-no como candidato a deputado pela circunscção de Málaga-Capital em 1933. Na primeira volta, o «médico dos pobres» obtém um surpreendente primeiro lugar, ainda que com um número de votos que obriga a uma segunda volta. Na segunda volta, as forças reaccionárias agrupam os seus candidatos numa lista única, intitulada «coligação anti-marxista». Face a esta situação e já livre das estreiteza de visão da sua anterior direcção, o PCE autoriza Bolívar a integrar uma Frente Popular embrionária, unindo-se a socialistas e republicanos de esquerda. Na segunda volta, os candidatos das esquerdas obtém a maioria dos votos, com Bolívar no terceiro lugar, o que lhe garante o lugar de primeiro deputado pelo PCE.

No parlamento Bolívar encontra-se com as forças reaccionárias, as quais, apelidadas por ele «charco pestilento», começam a tornar-se cada vez mais fortes e corruptas. Bolívar defende os interesses da classe trabalhadora com afinco, desenvolvendo uma incrível actividade parlamentar, que o põe num feroz face a face com a direita. Ficaram então famosos os seus longos discursos, durante os quais lia «O Capital» para atrasar a aprovação das leis anti-operárias. Em Madrid, trava amizade com a nova direcção do PCE, e especialmente com Pepe Díaz e Dolores Ibárruri. Em 1934 é detido aquando de uma visita a jornaleiros grevistas, o que lhe vale um isolamento parlamentar promovido pelo próprio presidente de direita do Congresso dos Deputados. A queda do governo, devida a diversos escândalos de corrupção, deixa patente aquilo que Bolívar denunciava, a saber que o capitalismo e a corrupção são irmãos.

Em 1936 é reeleito deputado por Málaga-Capital, desta vez à primeira volta, nas listas da Frente Popular. Quando se inicia a Guerra Civil é um dos responsáveis civis máximos da defesa de Málaga e procura por todos os meios apoio militar a uma cidade sitiada que os dirigentes republicanos davam como perdida. Consegue fugir da cidade no meio de uma das piores matanças orquestradas pelo nazi-fascismo em Espanha. Exonerado de todas as suas responsabilidades após a queda de Málaga, é nomeada director regional da saúde na sua região natal, cargo que conjuga com a sua condição de deputado. Quando cai o governo legítimo, Bolívar, isolado em Jaén, é incapaz de se exilar e acaba por ser capturado em Baenza. Novamente encarcerado, é levado para Granada, onde, poucas semanas antes das 13 rosas e dos 43 cravos, Cayetano Bolívar, médico do povo e deputado comunista, é fuzilado.